

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	395.000.000
Preferenciais	0
Total	395.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.456.464	1.217.843
1.01	Ativo Circulante	94.133	49.687
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.622	3.044
1.01.02	Aplicações Financeiras	51.097	8.748
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	51.097	8.748
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	51.097	8.748
1.01.03	Contas a Receber	31.547	28.028
1.01.03.01	Clientes	31.409	28.022
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	138	6
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	138	6
1.01.04	Estoques	2.780	2.629
1.01.06	Tributos a Recuperar	461	2.919
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	461	2.919
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.626	4.319
1.01.08.03	Outros	5.626	4.319
1.01.08.03.01	Outros	403	3.022
1.01.08.03.02	Adiantamentos	5.223	1.297
1.02	Ativo Não Circulante	1.362.331	1.168.156
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.336	11.420
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.861	9.279
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.861	9.279
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.475	2.141
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.637	1.312
1.02.01.09.04	Outros	838	829
1.02.03	Imobilizado	31.562	34.203
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.562	34.203
1.02.04	Intangível	1.320.433	1.122.533
1.02.04.01	Intangíveis	1.320.433	1.122.533
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.320.433	1.122.533

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.456.464	1.217.843
2.01	Passivo Circulante	1.086.414	874.561
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.858	10.116
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.858	10.116
2.01.02	Fornecedores	44.477	63.151
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.477	63.151
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.190	8.161
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.190	8.161
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.190	8.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	992.888	771.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	992.888	771.062
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	992.888	771.062
2.01.05	Outras Obrigações	30.814	21.501
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.800	15.621
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30.800	15.621
2.01.05.02	Outros	14	5.880
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	14	338
2.01.05.02.05	Outros	0	5.542
2.01.06	Provisões	1.187	570
2.01.06.02	Outras Provisões	1.187	570
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	283	250
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	904	320
2.02	Passivo Não Circulante	21.108	22.343
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.771	9.721
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.771	9.721
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.771	9.721
2.02.02	Outras Obrigações	5.913	6.638
2.02.02.02	Outros	5.913	6.638
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.913	6.638
2.02.04	Provisões	6.424	5.984
2.02.04.02	Outras Provisões	6.424	5.984
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.250	4.312
2.02.04.02.04	Provisão para Riscos	2.174	1.672
2.03	Patrimônio Líquido	348.942	320.939
2.03.01	Capital Social Realizado	395.000	395.000
2.03.02	Reservas de Capital	2.500	2.500
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.500	2.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.558	-76.561

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	107.598	369.821	193.863	507.504
3.01.01	Receita Operacional	76.264	216.698	48.141	48.141
3.01.02	Receita de Construção	31.334	153.123	145.722	459.363
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-74.378	-284.769	-176.233	-486.769
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-43.353	-133.161	-32.171	-32.171
3.02.02	Custo de construção	-31.025	-151.608	-144.062	-454.598
3.03	Resultado Bruto	33.220	85.052	17.630	20.735
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.441	-27.239	-24.873	-88.470
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.439	-27.446	-14.118	-31.745
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	207	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	0	-10.755	-56.725
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.779	57.813	-7.243	-67.735
3.06	Resultado Financeiro	-9.577	-22.950	-2.978	-804
3.06.01	Receitas Financeiras	343	1.406	349	2.930
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.920	-24.356	-3.327	-3.734
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.202	34.863	-10.221	-68.539
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.184	-6.860	15	45
3.08.01	Corrente	-3.048	-4.443	0	0
3.08.02	Diferido	-2.136	-2.417	15	45
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.018	28.003	-10.206	-68.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.018	28.003	-10.206	-68.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02540	0,07090	-0,02600	-0,18200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02540	0,07090	-0,02600	0,18200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	10.018	28.003	-10.206	-68.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.018	28.003	-10.206	-68.494

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.449	-68.235
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.906	-63.933
6.01.01.01	Resultado antes dos impostos	34.863	-68.539
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	26.115	8.444
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	1.907	125
6.01.01.04	Margem de construção	-1.515	-4.765
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	20.822	-580
6.01.01.06	Provisões para riscos	502	1.280
6.01.01.07	Provisões para manutenção	584	102
6.01.01.08	Perda no recebimento de créditos	5.628	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.457	-4.302
6.01.02.01	Impostos a recuperar	1.905	213
6.01.02.02	Estoques	-151	-1.535
6.01.02.03	Adiantamentos a terceiros	2.619	353
6.01.02.04	Fornecedores	7.253	3.660
6.01.02.05	Débitos com Partes relacionadas	15.047	1.980
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	1.742	5.947
6.01.02.07	Impostos a recolher	-2.971	840
6.01.02.08	Despesas antecipadas	-324	6.004
6.01.02.10	Impostos pagos	-8.161	0
6.01.02.11	Outras obrigações e contas a pagar	-5.301	6.251
6.01.02.12	Outros ativos	-3.922	-5.200
6.01.02.13	Contas a receber de clientes	-14.643	-22.797
6.01.02.14	Depósitos judiciais	-1.325	-18
6.01.02.15	Outros contas a receber	2.775	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-226.398	-201.798
6.02.01	Aplicação financeira	-42.349	211.329
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-5.463	-9.647
6.02.03	Aquisição de intangível	-178.586	-403.480
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	142.527	271.567
6.03.01	Integralização de capital social	0	80.000
6.03.03	Captação de empréstimos e debêntures	146.499	205.217
6.03.04	Pagamento de empréstimos e debêntures	-950	-723
6.03.05	Pagamento de juros empréstimos e debêntures	-464	-554
6.03.06	Emissão/captação de debêntures	-2.558	-12.373
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-422	1.534
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.044	611
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.622	2.145

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	395.000	2.500	0	-76.561	0	320.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	395.000	2.500	0	-76.561	0	320.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.003	0	28.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.003	0	28.003
5.07	Saldos Finais	395.000	2.500	0	-48.558	0	348.942

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	315.000	0	0	-21.504	0	293.496
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	315.000	0	0	-21.504	0	293.496
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.000	0	0	0	0	80.000
5.04.01	Aumentos de Capital	80.000	0	0	0	0	80.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.494	0	-68.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.494	0	-68.494
5.07	Saldos Finais	395.000	0	0	-89.998	0	305.002

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	453.876	550.165
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	236.384	52.417
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	217.492	497.748
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-240.723	-527.284
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.115	-72.686
7.02.04	Outros	-151.608	-454.598
7.02.04.01	Custo de construção	-151.608	-454.598
7.03	Valor Adicionado Bruto	213.153	22.881
7.04	Retenções	-26.115	-8.444
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.115	-8.444
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	187.038	14.437
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.526	11.562
7.06.02	Receitas Financeiras	8.526	11.562
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	195.564	25.999
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	195.564	25.999
7.08.01	Pessoal	37.363	30.980
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.120	22.650
7.08.01.02	Benefícios	8.740	5.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.714	1.273
7.08.01.04	Outros	789	2.002
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.220	8.780
7.08.02.01	Federais	21.587	6.418
7.08.02.03	Municipais	10.633	2.362
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.978	54.733
7.08.03.01	Juros	66.468	50.376
7.08.03.02	Aluguéis	2.048	3.957
7.08.03.03	Outras	29.462	400
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.003	-68.494
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.003	-68.494

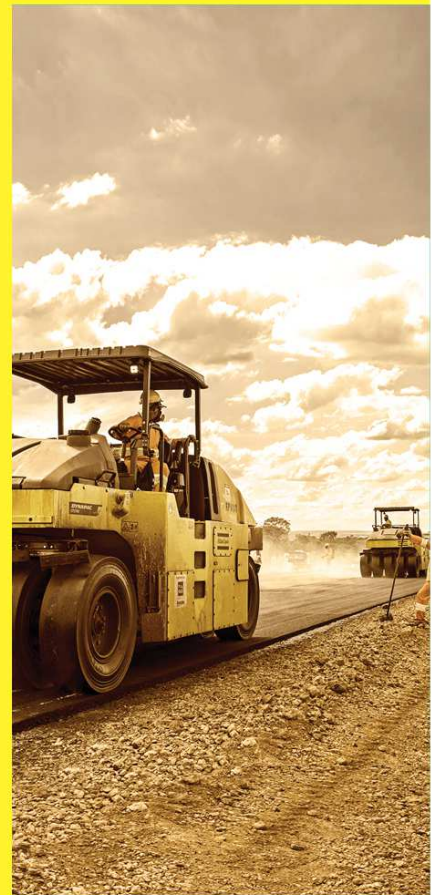
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

30 de setembro de 2016



UMA EMPRESA

invepar
RODOVIAS



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS SOBRE O TRIMESTRE FINDO

Comentário do Desempenho

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040, trecho compreendido entre Brasília-DF a Juiz de Fora- MG, com extensão de 936,8 Km, conforme definido no contrato de concessão assinado em 12 de março de 2014 com a União, por intermédio da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (“ANTT”).

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas. o comentário de desempenho correspondente às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, acompanhado do relatório de revisão dos auditores independentes.

01 - DESTAQUE DO PERÍODO

- **Reajuste tarifário:** A partir 30 de julho de 2016, passou a vigorar a tarifa de pedágio no valor de R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) em todas as praças de pedágio, representando um reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior (R\$ 4,60). A resolução ANTT Nº 5143 de 15 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

Assinatura de protocolo de intenções: A VIA 040 firmou com Prefeitura de Itabirito e a Prefeitura de Belo Horizonte, em 08 de julho de 2016 e 11 de julho de 2016, respectivamente, protocolo de intenções para doação e manutenção de 100 mil mudas de árvores nativas para cada um dos municípios. Estas atividades fazem parte do conjunto de ações da Companhia para compensar a supressão das vegetações lindeiras à rodovia que por sua vez vem sendo realizadas para garantir a segurança do usuário. A medida tem o potencial de salvar vidas ao criar áreas livres de obstáculos, que permitirão ao condutor reduzir a velocidade ou recuperar o controle do veículo sem se chocar contra uma árvore. Estudos técnicos e normas de segurança viária, tanto no Brasil quanto no exterior, determinam a criação destas zonas livres de obstáculos fixos nas áreas adjacentes a rodovias.

- **Início de construção de obra de arte:** A VIA 040 iniciou em 15 de setembro de 2016 as obras de construção do novo Viaduto Telesforo Cândido de Rezende, no Km 610 da BR-040, em Congonhas. A nova estrutura será erguida ao lado do viaduto existente. As obras serão realizadas no sentido Congonhas - Belo Horizonte. Nesta primeira etapa, o prazo estimado para a conclusão dos trabalhos é de seis meses.
- **Receita Líquida Ajustada:** Atingiu R\$ 216,7 milhões no período de 09 meses desde 01 de janeiro de 2016, frente a R\$ 48,1 milhões no mesmo período de 2015. A disparidade deve-se ao fato da arrecadação por pedágio da Companhia ter se iniciado 30 de julho de 2015, ou seja, em 30 de setembro de 2015 havia registro acumulado de receita referente a período significativamente mais curto.
- **EBTIDA ajustado:** Foi apurado em R\$ 83 milhões no período de 09 meses desde 01 de janeiro de 2016, frente a um EBITDA negativo de R\$ (67,6) milhões apurado no mesmo período em 2015.

Pleito de Revisão do Contrato de Concessão:

Em 30 de setembro de 2016, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$992.281 (R\$824.874 em 31 de dezembro de 2015), devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$1.002.030 com o BNDES, cujo vencimento era previsto para 15 de março de 2016. Este prazo foi prorrogado para 15 de novembro de 2016 e, posteriormente, prorrogado por mais seis meses, passando então a vencer em 15 de maio de 2017, estando ainda condicionado até a presente data à apresentação de: (i) anuência dos fiadores; (ii) nova carta de fiança ou aditivo às atuais, com vigência mínima até 15 de junho de 2017, em valor total equivalente ao saldo devedor

do Contrato, acrescido dos encargos contratuais; e (iii) pagamento da Comissão por Renegociação, no valor de 0,23% do saldo devedor do Contrato.

02 – DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
VEPs*	17.172	11.421	50%	49.327	11.421	332%
Veículos Leves	5.467	3.258	100%	15.984	3.258	391%
Veículos Pesados	11.705	8.163	100%	33.343	8.163	308%
Tráfego**	8.605	5.418	59%	25.054	5.418	362%
Veículos Leves	5.525	3.332	100%	16.180	3.332	386%
Veículos Pesados	2.865	1.949	100%	8.218	1.949	100%
Veículos Isentos	215	137	100%	656	137	379%
Tarifa Média no período (R\$)	4,74	4,60	3%	4,68	4,60	2%

*Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos cobrado de cada veículo.

** Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia.

A Via 040 iniciou sua arrecadação por pedágio em 30 de julho de 2015, motivo pelo qual os dados acima possuem variações relevantes.

VEPs:

No acumulado até o terceiro trimestre a Companhia registrou 49,3 milhões de VEPs em suas praças de pedágio. No 3º trimestre de 2016 foram apurados 17,1 milhões de VEPs, demonstrando uma recuperação frente ao 2º trimestre de 2016 onde foram registrados 15,9 milhões de VEPs e também frente aos 16,3 milhões apurados no primeiro trimestre de 2016. Esta recuperação é motivada pelo aumento de 4% na tarifa de pedágio ocorrida desde o dia 30 de Julho de 2016 e também pelo incremento de tráfego.

Tráfego:

Companhia registrou 25,05 milhões de veículos em suas praças de pedágio no período acumulado dos nove primeiros meses de 2016. No terceiro trimestre foram registrados 8,6 milhões de veículos nas praças de pedágios, frente aos 7,9 milhões apurados no segundo de 2016 motivados, principalmente, pelo efeito da sazonalidade em especial às férias do mês de Julho.

03 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

03.1 – Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Receita Bruta	114.492	220.088	-48%	389.452	533.729	-27%
Receita com pedágio	81.385	52.412	100%	231.014	52.412	100%
Receitas extraordinárias	1.773	5	100%	5.315	5	100%
Receita de construção	31.334	167.671	-81%	153.123	481.312	-68%
Receita Bruta Ajustada*	83.158	52.417	100%	236.329	52.417	100%
Deduções da Receita Bruta	(6.895)	(4.276)	100%	(19.631)	(4.276)	100%
Receita Líquida ajustada*	76.263	48.141	100%	216.698	48.141	100%

* Desconsidera os impactos em relação à Receita de Construção

No acumulado até o terceiro trimestre de 2016, a Via 040 apurou uma Receita Bruta de R\$ 398,5 milhões, que representa uma retração de 25,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração da Receita Bruta está relacionada principalmente à Receita de Construção, advinda das práticas contábeis aplicáveis à Companhia. Apesar de a Companhia ter registrado receitas de arrecadação por pedágio e receitas extraordinárias, a queda de 66% da receita de construção é reflexo do maior volume de obras executadas no período de 2015. As obras realizadas ao longo de 2015 referem-se, basicamente, a finalização dos trabalhos iniciais, serviços de recuperação e manutenção, construção das praças de pedágio e à duplicação dos 10% de trechos a serem duplicados, conforme

previsto no Contrato de Concessão, sendo que os serviços acima eram condições essenciais para o início da

Comentário do Desempenho

Esta parcela de obras de ampliação, em 2015, foi realizada conforme enquadramento da Companhia nas Portarias 288 (Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes) e 289 (Ministério do Meio Ambiente), que permite obras de ampliação com limitações. A Companhia aguarda a liberação da Licença de Instalação, a ser concedida pelo IBAMA, cuja responsabilidade contratual de obtenção é do Poder Concedente, para dar continuidade às obras de expansão e melhorias previstas no Programa de Exploração da Rodovia ("PER") e que também justifica a retração na receita de construção.

Para efeito de análise, a receita líquida ajustada não contempla os impactos da receita de construção e demonstra apenas a receita obtida na arrecadação de pedágio e receitas extraordinárias, que se comparada ao mesmo período do ano anterior teve um aumento de 350% devido ao início da arrecadação em Julho de 2015.

03.2 – Receita Líquida Ajustada

03.2.1 – Receita de pedágio

Em 30 de julho de 2015, 9 das 11 praças de pedágio previstas no contrato de concessão, iniciaram suas atividades de arrecadação e em 23 de agosto as 2 praças restantes começaram a operar, motivo pelo qual a comparação da receita líquida sofreu variação relevante. No acumulado do terceiro trimestre de 2016 a Companhia apurou R\$ 74,5 milhões de receita com pedágio líquida, frente a R\$ 68,3 milhões no segundo trimestre, dado ao aumento no volume de tráfego no período e também pelo aumento de 4% na tarifa de pedágio ocorrida em 30 de Julho de 2016.

03.2.2 – Receita extraordinária

A receita extraordinária advém de Contratos com clientes referentes a Contratos de Permissão e Uso da Faixa de Domínio, conforme prevê o contrato de concessão e autorizado pela ANTT e os saldos de maior representatividade estão relacionados a ocupações de passagens de Fibras Óticas na rodovia, que foram regularizadas pela Companhia, uma vez que, até a data de assunção do sistema rodoviários, estas eram competentes ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ("DNIT").

03.3 – Custos e despesas ajustado

Custos e despesas ajustado (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Custos e Despesas	(82.819)	(223.055)	-63%	(312.009)	(597.188)	-48%
Pessoas e encargos	(14.038)	(13.248)	6%	(43.093)	(21.903)	97%
Conservação e manutenção	(8.539)	(11.465)	-26%	(24.364)	(11.873)	105%
Seguros e Garantias	(1.468)	(794)	85%	(3.836)	(888)	332%
Demais despesas operacionais e administrativas	(18.730)	(26.808)	-30%	(62.439)	(81.217)	-23%
Provisão para Manutenção	(189)	(102)	100%	(554)	(102)	100%
Depreciação e amortização	(8.830)	(4.627)	91%	(26.115)	(4.658)	461%
Custo de construção	(31.025)	(166.011)	-81%	(151.608)	(476.547)	-68%
Custos e Despesas ajustado*	(51.605)	(56.942)	-9%	(160.401)	(120.641)	33%

* Desconsidera os impactos em relação ao Custo de Construção e Provisão para Manutenção

No acumulado do terceiro trimestre de 2016, a Companhia apurou R\$ 160,4 milhões de custos e despesas ajustado, que desconsidera os impactos do custo de construção e da provisão para manutenção, e que representa um aumento de 32,9% em relação ao apurado no mesmo período em 2015.

O incremento no custo com pessoal está relacionado ao aumento no quadro de pessoal da Companhia dado a entrada em operação das praças de pedágio e ao processo de internalização de parte de atividades contratadas junto a terceiros em 2015.

O aumento de 105% nos gastos com Conservação e Manutenção está relacionado, entre outros, ao aumento no volume de investimentos. Os investimentos envolveram novas frentes de trabalho, como recuperação de pavimentos, sinalização horizontal e vertical e instalações e recuperação de defensas metálicas, em especial em trechos já finalizados. Outro fator influenciador foi que, até 30 de junho de 2015, estas frentes de manutenção e conservação estavam sendo capitalizadas ao ativo intangível (direitos da concessão) da Companhia, dado o escopo de recuperação e manutenção exigidos pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

A variação positiva de 560,5% na depreciação e amortização deu-se pelo maior volume de investimento e também pela entrada em operação de parte do ativo intangível que está sendo construído pela Companhia, em especial as praças de pedágio, SAU's e de trechos duplicados a partir de julho de 2015.

Para efeito de análise, os custos e despesas ajustado não contemplam os impactos do Custo de Construção e da Provisão de Manutenção e demonstra apenas os custos e despesas necessárias para geração da receita de arrecadação de pedágio e receitas extraordinárias, conforme previsto no contrato de concessão.

03.4 – EBITDA E Margem EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Lucro /(Prejuízo) do Período	10.120	(10.206)	-199%	28.003	(68.494)	-141%
(-/+) IR e CS	5.084	15	33793%	6.860	45	15144%
(+) Despesas Financeiras	9.920	3.327	198%	24.356	3.734	552%
(-) Receitas Financeiras	(343)	(349)	-2%	(1.406)	(2.930)	-52%
(+) Depreciação e Amortização	8.830	4.627	91%	26.115	4.658	461%
EBITDA	33.611	(2.586)	-1400%	83.928	(62.987)	-233%
Margem EBITDA (a)	31,2%	-1,2%	18,9 p.p.	22,7%	-11,9%	10,3 p.p.
Ajustes	(120)	(1.558)	-92%	(961)	(4.663)	-79%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(31.334)	(167.671)	-81%	(153.123)	(481.312)	-68%
(+) Custo de Construção (IFRS)	31.025	166.011	-81%	151.608	476.547	-68%
(+) Provisão de Manutenção	189	102	100%	554	102	100%
EBITDA Ajustado(b)	33.491	(4.144)	-908%	82.967	(67.650)	-223%
Margem EBITDA Ajustado (b)	43,9%	-	30,5 p.p.	38,3%	-	38,3 p.p.

(a) EBITDA/ Receita Bruta

(b) Desconsidera os impactos relacionados à margem de construção

A Margem EBITDA da Companhia, apresentou acréscimo de 34,1 pontos percentuais se comparado ao mesmo período de 2015, dado, principalmente, pelo reconhecimento das receitas de pedágio e extraordinárias em 2016 frente ao menor tempo de acúmulo de receitas em 2015. O EBITDA ajustado foi calculado em R\$ 83,1 milhões, demonstrando que os custos e despesas da Companhia, advindos de sua operação e administração são sustentados pelas receitas reconhecidas em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA é divulgado pela Companhia como medição não-contábil de seu desempenho e é calculado utilizando-se o lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social com o acréscimo da participação minoritária, do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos das receitas (despesas) financeiras líquidas, depreciação e amortização. A Companhia utiliza também o EBITDA Ajustado que exclui a margem de construção (diferença entre a receita de construção e o custo de construção) e a provisão para manutenção.

A Companhia esclarece que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicadores do desempenho operacional da Companhia ou substitutos para o fluxo de caixa como indicadores de liquidez.

O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas em outros segmentos. Devido a falta de padronização do EBITDA a Companhia utiliza como base para o seu cálculo a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), que versa sobre essa medida em seu art. 3º, inciso I.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

O EBITDA Ajustado é indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. A Companhia acredita que o EBITDA é informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

A Companhia utiliza o EBITDA como medida gerencial de desempenho por demonstrar aproximação com a geração de caixa da sua atividade econômica, que é de longo prazo, motivo pelo qual entende ser importante a sua inclusão neste Comentário de Desempenho. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA seja uma medida prática para aferir a geração de caixa e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. A margem EBITDA visa demonstrar, aproximadamente, quanto foi gerado de caixa para cada R\$ 1,00 de receita líquida da Companhia, levando em conta os custos e despesas da operação, e antes dos efeitos do custo da dívida e dos custos tributários. A margem EBITDA Ajustada considera o EBITDA ajustado sobre a receita líquida (sem a receita de construção) da Companhia. Por isso, sua comparabilidade com outras companhias do mesmo segmento é tão importante, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira distinta.

03.4 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Resultado Financeiro	(9.577)	(2.978)	222%	(22.950)	(804)	2754%
Receitas Financeiras	343	349	-2%	1.406	2.930	-52%
Juros sobre aplicações financeiras	328	169	94%	1.265	2.381	-47%
Variação monetária e cambial	14	169	-92%	114	529	-78%
Descontos Obtidos	1	11	-91%	27	20	35%
Despesas Financeiras	(9.920)	(3.327)	198%	(24.356)	(3.734)	552%
Comissões e despesas bancárias	(1.115)	(1.278)	-13%	(2.733)	(1.372)	99%
Juros sobre financiamentos	(3.710)	(1.638)	100%	(9.973)	(1.796)	455%
Juros passivos	(150)	(216)	-31%	(459)	(331)	39%
Outras	(4.945)	(195)	2436%	(11.191)	(235)	4662%
Resultado Financeiro Capitalizado*	(23.147)	(19.427)	19%	(64.369)	(38.385)	68%
Resultado Financeiro Ajustado*	(32.724)	(22.405)	46%	(87.319)	(39.189)	123%

* Considera os efeitos de apropriação ao ativo intangível dos juros de empréstimos e receita financeiras calculadas sobre rendimentos de aplicação pertinente a saldo recebido de liberação de parcela de empréstimo BNDES PONTE

No acumulado do terceiro trimestre de 2016, o resultado financeiro ajustado totalizou R\$ 87,3 milhões de despesas, um aumento de 123% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação ocorreu principalmente em razão do reconhecimento de maior parcela de juros referente ao empréstimo de curto prazo (Empréstimo Ponte), dado a liberação superior de créditos (principal da dívida) acumulados no período. Ressalta-se, no entanto, que a parcela de custo de financiamento referente a investimentos não realizados, são capitalizadas ao intangível. O aumento de 552% nas despesas financeiras está relacionado ao reconhecimento de parte dos juros sobre o empréstimo de curto prazo (Empréstimo Ponte) que, até a conclusão de parte das obras a que se destinava, estavam sendo capitalizados ao ativo intangível.

03.5 – Resultado do Exercício

Comentário do Desempenho

Resultado (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Lucro /(Prejuízo) do Período	10.120	(10.206)	-199%	28.003	(68.494)	-137%

A Companhia apurou lucro de R\$ 28,1 milhões no acumulado do terceiro trimestre de 2016, advindo principalmente do reconhecimento das receitas de pedágio e extraordinárias, que foram suficientes para cobrir seus custos e despesas. Por sua vez, isto foi possível dado ao esforço da administração em manter ou reduzir custos ao longo deste período, quando comparados ao exercício de 2015.

03.6 – Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	9M16	9M15	V H %
Disponibilidades	53.719	79.947	-33%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.622	2.145	22%
Aplicações Financeiras	51.097	77.802	-34%
Dívida Bruta	1.001.659	757.449	32%
Curto Prazo	992.888	747.412	59.672%
Empréstimos e Financiamentos	992.888	747.412	59.672%
Longo Prazo	8.771	10.037	-13%
Empréstimos e Financiamentos	8.771	10.037	-13%

A Companhia encerrou em 30 de setembro de 2016 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras, no total de R\$ 53,7 milhões, o que representa uma redução de 33% se comparado ao mesmo período de 2015. Esta redução está relacionada, principalmente, ao menor recebimento de parcelas advindas do empréstimo do BNDES PONTE em 2016, frente ao recebido em 2015, parcialmente compensada pelos recebimentos de receitas que vem ocorrendo desde julho de 2015 e menor dispêndios referentes a obras de engenharia, que aguardam a emissão da licença ambiental.

A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 1.001,7 milhões em 30 de setembro de 2016 frente a uma dívida bruta de R\$ 757,4 milhões no mesmo período de 2015. O incremento em seu endividamento está alinhado ao plano de negócios da Companhia e advém principalmente de liberações adicionais de parcelas do empréstimo BNDES PONTE até o primeiro semestre de 2016. Outro fator preponderante sobre o saldo da dívida bruta é o financiamento de parte da frota veicular da Companhia, por intermédio da Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME").

A Administração da VIA 040 e sua acionista Invepar renegociaram em conjunto com o BNDES a postergação do empréstimo BNDES PONTE para 15 de novembro de 2016.

03.7 – Investimentos

Investimentos (R\$ Mil)	3T16	3T15	V H %	9M16	9M15	V H %
Investimento Total	13.090	758.146	-98%	193.481	1.070.557	-82%
Imobilizado	98	34.520	-100%	3.290	38.552	-91%
Intangível	54.497	729.917	-93%	218.030	1.063.110	-79%
Softwares e outros	(122)	3.066	-104%	1.582	3.191	-50%
Direitos da Concessão	54.619	726.851	-92%	216.448	1.059.919	-80%
(-) Transação não caixa	(41.196)	(4.631)	790%	(26.324)	(26.340)	0%
(-) Margem de construção	(309)	(1.660)	-81%	(1.515)	(4.765)	-68%

Comentário do Desempenho

No período dos 09 primeiros meses de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, houve uma redução de **Comentário do Desempenho** da Companhia. Esta retração está diretamente relacionada a não liberação da licença ambiental, cuja responsabilidade contratual de obtenção é do poder concedente, conforme detalhado no item 03.1, o que motivou o replanejamento do plano de investimentos da Companhia para o período em que haverá licença.

04 – Eventos Subsequentes

O empréstimo PONTE com o BNDES que originalmente vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, teve sua data de vencimento renegociada em conjunto com o BNDES para 15 de maio de 2017.

05 – Considerações Finais e agradecimentos

A administração da Concessionária BR-040 S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Nova Lima, 11 de novembro de 2016
A Administração



Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Relatório de Revisão dos Auditores
Independentes acompanhado das Informações
Financeiras Intermediárias

Em 30 de setembro de 2016

Índice

	Página
Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Informações Financeiras Intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às Informações Financeiras Intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2016	12

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR.

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 30 de setembro de 2016, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$992.281 (R\$824.874 em 31 de dezembro de 2015), devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$1.002.030 com o BNDES, cujo vencimento era previsto para 15 de março de

Notas Explicativas

2016. Este prazo foi prorrogado para 15 de novembro de 2016 e, posteriormente, prorrogado por mais seis meses, passando então a vencer em 15 de maio de 2017, estando ainda condicionado até a presente data à apresentação de: (i) anuência dos fiadores; (ii) nova carta de fiança ou aditivo às atuais, com vigência mínima até 15 de junho de 2017, em valor total equivalente ao saldo devedor do Contrato, acrescido dos encargos contratuais; e (iii) pagamento da Comissão por Renegociação, no valor de 0,25% do saldo devedor do Contrato.

Vale esclarecer que a Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais e com o cronograma de obras, não tendo havido nenhum descumprimento.

1.b) Diligência em Acionistas e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 11 de novembro de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

2.1. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações

Notas Explicativas

Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

2.2. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
- IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	1.823	1.473
Bancos	<u>799</u>	<u>1.571</u>
	<u>2.622</u>	<u>3.044</u>

Notas Explicativas

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras não vinculadas:					
Compromissada com lastro em debêntures (a)	88% a 100,8%	CDI	Jan-17 Mar-17 Mai-21	49.494	8.748
Fundo de Investimento CAIXA Mover (b) Circulante	99,62%	CDI/IPCA /SELIC		<u>1.603</u> <u>51.097</u>	<u>-</u> <u>8.748</u>

As aplicações compromissadas são classificadas como empréstimos e recebíveis remunerados pela taxa de 88% a 100,8% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor (em 31 de dezembro de 2015, pela taxa de 75% e 99,00% do CDI).

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, METRORIO, CLN, VIA040 e a LAMSA. O METROBARRA participou do fundo até julho de 2016, data em que houve o resgate total do saldo aplicado.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	14.317	9.283
Vale pedágio	1.472	1.004
Ocupação da faixa de domínio (**)	15.617	10.341
Outros	<u>3</u>	<u>7.394</u>
	<u>31.409</u>	<u>28.022</u>

(*) O saldo da rubrica "AVP" é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

(**) Os saldos apresentados advém da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

A Companhia não constitui provisão de crédito de liquidação duvidosa ("PCLD"), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito.

Notas Explicativas**6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES****a) Impostos a recuperar**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	-
PIS e COFINS	19	-
IRRF sobre aplicações financeiras	130	2.916
Outros	<u>289</u>	<u>3</u>
	<u>461</u>	<u>2.919</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	8.727	10.158
Base negativa da contribuição social	3.142	3.658
Provisão para participação nos lucros	639	639
Provisões não dedutíveis	1.242	1.242
Custo de captação (*)	(2.947)	(2.947)
Margem de construção (**)	(1.621)	(1.665)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.321)	(1.806)
	<u>6.861</u>	<u>9.279</u>
Impostos Diferidos – Ativo	13.750	15.697
Impostos Diferidos – Passivo	(6.889)	(6.418)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre custo de captação são amortizados de acordo com a realização das parcelas, conforme art. 66 da Lei 12.973/14.

(**) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão

Notas Explicativas

registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de 2016, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2015 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais..

A Companhia não constituiu, até setembro de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$ 13.132 (R\$ 18.984 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>30/09/2016</u>
2016	1.524
2017	2.072
2024 a 2025	<u>10.154</u>
	<u>13.750</u>

c) Tributos a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	1.187	-
Pis e Cofins	1.053	2.996
ISS	2.154	2.944
IRRF e CSRF	490	1.929
INSS sobre terceiros	<u>306</u>	<u>292</u>
	<u>5.190</u>	<u>8.161</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	34.863	(68.539)	15.202	(10.221)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(11.853)	23.303	(5.169)	3.475
Adições permanentes	(957)	(883)	(135)	(548)
Exclusões permanentes	-	1.620	-	564
Outros	5.950	-	220	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>-</u>	<u>(23.995)</u>	<u>-</u>	<u>(3.476)</u>
Total dos impostos no resultado	(6.860)	45	(5.084)	15
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.443)	-	(3.048)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.417)	45	(2.136)	15

Notas Explicativas

Alíquota efetiva 19,68% - 33,44% -

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação com a companhia	30/09/2016		
			Ativo circulante	Passivo circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	-	21.163	(6.158)
INVEPAR	Aval (**)	Controladora	-	9.637	(9.637)
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	138	-	(138)
			<u>138</u>	<u>30.800</u>	<u>(15.933)</u>

Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	31/12/2015		30/09/2015	
			Ativo circulante	Passivo circulante	(Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	6	15.620	(4.147)	
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	1	-	
OAS	Contrato de empreitada	Acionista indireto	<u>6</u>	<u>15.621</u>	<u>(4.147)</u>	(302.472)

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(**) Cobrança da Invepar por alienação de suas ações, na Via040, aos bancos fiadores do Empréstimo Ponte.

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do

Notas Explicativas

pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estavam de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Via 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Via 040, que culminaram em um acordo de pagamento da Via 040 para com a Construtora OAS S.A. no montante total de R\$35.431 e que teve R\$ 34.292 reconhecido a título de fornecedores a pagar, que se encontra quitado na data base destas informações financeiras intermediárias.

Em 16 de outubro de 2015, foi formalizado o distrato contratual com a Construtora OAS S.A.

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia, de comum acordo com a Construtora OAS S.A., liquidou, parte da obrigação firmada com a mesma, advindas dos pleitos supracitados, com pagamento de R\$34.292. O saldo residual seria pago pela Companhia assim que a Construtora OAS S.A. realizasse correções nas obras entregues, prevista no acordo entre as partes.

Em face à não execução dos reparos dos vícios supracitados, em 07 de abril de 2016, as partes firmaram termo de transação onde dão plena quitação entre as obrigações citadas anteriormente. Desde essa data não há mais obrigações entre as partes, exceto as garantias previstas em contrato.

Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.195.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave das administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta pelos valores abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Pró-labore	1.502	1.530
Encargos	362	306
Bônus	57	860
Outros benefícios	<u>343</u>	<u>10</u>
	<u>2.264</u>	<u>2.706</u>

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$57, de bônus para os

Notas Explicativas

administradores.

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016
Custo					
Instalações	10	56	-	(3)	53
Máquinas e equipamentos	10	13.158	452	(1)	13.609
Móveis e utensílios	10	2.658	1.033	(5)	3.686
Veículos	20	18.156	42	(109)	18.089
Equipamentos de informática	20	7.105	1.894	(4)	8.995
Adiantamento a fornecedores	-	9	786	(795)	-
Imobilizado em andamento	-	446	-	-	446
		<u>41.588</u>	<u>4.207</u>	<u>(917)</u>	<u>44.878</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(8)	(2)	-	(10)
Máquinas e equipamentos		(1.950)	(1.485)	-	(3.435)
Móveis e utensílios		(158)	(347)	-	(505)
Veículos		(4.184)	(2.694)	15	(6.863)
Equipamentos de informática		(1.085)	(1.418)	-	(2.503)
		<u>(7.385)</u>	<u>(5.946)</u>	<u>15</u>	<u>(13.316)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.203</u>	<u>(1.739)</u>	<u>(902)</u>	<u>31.562</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo						
Instalações	10	62	17	-	(23)	56
Máquinas e equipamentos	10	1.719	6.645	-	4.794	13.158
Móveis e utensílios	10	136	2.522	-	-	2.658
Veículos	20	22.830	319	(199)	(4.794)	18.156
Equipamentos de informática	20	3.606	3.476	-	23	7.105
Adiantamento a fornecedores	-	100	9	(100)	-	9
Imobilizado em andamento	-	66	380	-	-	446
		<u>28.519</u>	<u>13.368</u>	<u>(299)</u>	<u>-</u>	<u>41.588</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(1)	(7)	-	-	(8)
Máquinas e equipamentos		(8)	(641)	-	(1.301)	(1.950)
Móveis e utensílios		(2)	(156)	-	-	(158)
Veículos		(345)	(5.144)	4	1.301	(4.184)
Equipamentos de informática		(49)	(1.036)	-	-	(1.085)
		<u>(405)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(7.385)</u>
Imobilizado líquido		<u>28.114</u>	<u>6.384</u>	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>34.203</u>

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2016, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Notas Explicativas

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme nota explicativa 11, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

9. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2016
Custo						
Software	5 anos	4.113	1.582	-	-	5.695
Direitos da concessão	(*)	707.318	2.735	-	83.413	793.466
Adiantamento a fornecedores		5.046	162	-	2.124	7.332
Intangível em construção		<u>416.014</u>	<u>214.595</u>	<u>(1.044)</u>	<u>(85.537)</u>	<u>544.028</u>
		<u>1.132.491</u>	<u>219.074</u>	<u>(1.044)</u>	<u>-</u>	<u>1.350.521</u>
Amortização acumulada						
Software		(642)	(781)	-	-	(1.423)
Direitos da concessão		<u>(9.316)</u>	<u>(19.388)</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(28.665)</u>
		<u>(9.958)</u>	<u>(20.169)</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(30.088)</u>
Intangível líquido		<u>1.122.533</u>	<u>198.905</u>	<u>(1.005)</u>	<u>-</u>	<u>1.320.433</u>

	Prazo de vida útil	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo						
Software	5 anos	2.913	1.200	-	-	4.113
Direitos da concessão	(*)	3.637	191.088	-	512.593	707.318
Adiantamento a fornecedores		2.883	5.916	(718)	(3.035)	5.046
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>400.621</u>	<u>(8)</u>	<u>(509.558)</u>	<u>416.014</u>
		<u>534.392</u>	<u>598.825</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.132.491</u>
Amortização acumulada						
Software		(15)	(627)	-	-	(642)
Direitos da concessão		<u>(804)</u>	<u>(8.512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.316)</u>
		<u>(819)</u>	<u>(9.139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.958)</u>
Intangível líquido		<u>533.573</u>	<u>589.686</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.122.533</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, 29 anos contados a partir da data de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2016 não foram identificadas evidências de ativo intangíveis

Notas Explicativas

com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

10. FORNECEDORES

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais	35.611	55.494
Retenções contratuais	7.909	6.723
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>957</u>	<u>934</u>
	<u>44.477</u>	<u>63.151</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais	<u>5.913</u>	<u>6.638</u>
	<u>50.390</u>	<u>69.789</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES - Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	nov/16	1.002.030	775.542
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	10.062	11.015
Custo de captação				<u>(10.433)</u>	<u>(5.774)</u>
Total				<u>1.001.659</u>	<u>780.783</u>
Circulante				992.888	771.062
Não circulante				8.771	9.721

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos (*)</u>	<u>Juros Incorridos (**)</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2016</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	775.542	160.479	-	-	66.009	-	-	-	1.002.030
BNDES - FINAME	1.294	-	(950)	(464)	461	-	-	950	1.291
Custos a amortizar	<u>(5.774)</u>	<u>(13.980)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.867)</u>	<u>18.188</u>	<u>-</u>	<u>(10.433)</u>
	<u>771.062</u>	<u>146.499</u>	<u>(950)</u>	<u>(464)</u>	<u>66.470</u>	<u>(8.867)</u>	<u>18.188</u>	<u>950</u>	<u>992.888</u>
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	<u>9.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(950)</u>	<u>8.771</u>
	<u>9.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(950)</u>	<u>8.771</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>780.783</u>	<u>146.499</u>	<u>(950)</u>	<u>(464)</u>	<u>66.470</u>	<u>(8.867)</u>	<u>18.188</u>	<u>-</u>	<u>1.001.659</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos (*)</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	205.217	-	-	52.038	-	-	518.287	775.542
BNDES - FINAME	1.290	-	(1.039)	(714)	491	-	-	1.266	1.294
Custos a amortizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>(8.669)</u>	<u>(5.774)</u>
	<u>1.290</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>510.885</u>	<u>771.062</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.288)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(1.266)	9.721
Custos a amortizar	<u>(8.669)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.669</u>	<u>-</u>
	<u>520.605</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(510.885)</u>	<u>9.721</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>-</u>	<u>780.783</u>

Notas Explicativas

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) No juros incorridos de R\$66.470, foram capitalizados no intangível R\$64.369, conforma Nota Explicativa 22.

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que originalmente vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, porém teve sua data de vencimento renegociada em conjunto com o BNDES para 15 de maio de 2017, estando ainda condicionado até a presente data à apresentação de: (i) anuência dos fiadores; (ii) nova carta de fiança ou aditivo às atuais, com vigência mínima até 15 de junho de 2017, em valor total equivalente ao saldo devedor do Contrato, acrescido dos encargos contratuais; e (iii) pagamento da Comissão por Renegociação, no valor de 0,25% do saldo devedor do Contrato.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 30 de setembro de 2016, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

Notas Explicativas

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014, firmado entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Notas Explicativas

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 30 de setembro de 2016, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/2024
			<u>12.026</u>	

12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos administrativos

Estes processos envolvem penalidades e sanções monetárias impostas à Companhia pelo Poder Concedente devido a falhas no atendimento aos parâmetros de desempenho exigidos no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	31/12/2015	Adições	Reversões	Atualização monetária	30/09/2016
Administrativa	1.587	-	-	-	1.587
Trabalhista	72	580	(172)	5	485
Cíveis	13	125	(36)	-	102
Total	<u>1.672</u>	<u>705</u>	<u>(208)</u>	<u>5</u>	<u>2.174</u>

	31/12/2014	Adição	31/12/2015
Administrativa	-	1.587	1.587
Trabalhista	-	72	72
Cíveis	-	13	13
Total	=	<u>1.672</u>	<u>1.672</u>

O montante das causas com probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2016 é de R\$10.968 (R\$1.537 em 31 de dezembro de 2015), onde R\$7.423 (R\$1.129 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza trabalhista e R\$3.545 (R\$408 em 31 de dezembro de 2015) representam causas de natureza cível. Como causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

A Companhia reconheceu provisões de contingências, no montante de R\$1.587 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2015) referente a multas impetradas pelo Poder Concedente enquanto discutidas no âmbito administrativo da ANTT, cuja a probabilidade de perda foi julgada como provável.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Número de ações	% Participação	Ações ordinárias
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	395.000.000	100	395.000.000

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia e seu capital social foi integralizado, como segue:

- Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.
- Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.
- Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização de R\$80.000.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2016 o capital social encontrava-se integralizado em R\$395.000 (R\$395.000 em 31 de dezembro 2015).

Notas Explicativasb) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INVEPAR	<u>2.500</u>	<u>2.500</u>
	<u>2.500</u>	<u>2.500</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2015.

c) Reserva legal

A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

14. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Receitas por natureza

	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>
Receita bruta de pedágio	231.014	52.412	81.385	52.412
Receita extraordinária	5.315	5	1.773	5
Receita de construção	153.123	459.363	31.334	145.722
Deduções da receita				
PIS	(1.593)	(341)	(558)	(341)
COFINS	(7.352)	(1.573)	(2.576)	(1.573)
ISS	<u>(10.686)</u>	<u>(2.362)</u>	<u>(3.760)</u>	<u>(2.362)</u>
	<u>369.821</u>	<u>507.504</u>	<u>107.598</u>	<u>193.863</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Notas Explicativas**Custos e despesas por natureza**

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Pessoal e encargos	(43.093)	(35.529)	(14.038)	(16.160)
Conservação e manutenção	(24.364)	(21.743)	(8.539)	(20.297)
Comunicação, marketing e publicidade	(202)	(671)	(72)	(375)
Seguros e garantias	(3.836)	(3.175)	(1.468)	(1.333)
Combustíveis e lubrificantes	(4.995)	(3.781)	(1.636)	(1.182)
Consultoria e assessoria	(2.357)	(3.260)	(604)	(1.107)
Taxas e impostos (*)	(9.816)	(11.088)	(2.984)	(4.466)
Alugueis	(2.048)	(2.404)	(282)	(485)
Serviços de terceiros	(13.469)	(12.573)	(4.620)	(4.113)
Perda no recebimento de créditos	(5.628)	-	-	-
Provisão para riscos	(502)	(1.280)	(343)	(12)
Serviços compartilhados	(6.296)	(4.147)	(1.954)	(1.489)
Depreciação e amortização	(26.115)	(8.444)	(8.955)	(5.214)
Custo de construção	(151.608)	(454.598)	(31.025)	(144.062)
Outros	(17.679)	(26.385)	(6.298)	(811)
	<u>(312.008)</u>	<u>(575.239)</u>	<u>(82.819)</u>	<u>(201.106)</u>
Custo dos serviços prestados	(133.161)	(32.171)	(43.353)	(32.171)
Custo de construção	(151.608)	(454.598)	(31.025)	(144.062)
Despesas gerais e administrativas	(27.446)	(31.745)	(8.439)	(14.118)
Outras receitas (despesas) operacionais	207	(56.725)	(2)	(10.755)
	<u>(312.008)</u>	<u>(575.239)</u>	<u>(82.819)</u>	<u>(201.106)</u>

(*) Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no contrato de concessão no montante de R\$9.719 em 30 de setembro de 2016 (R\$9.365 em 30 de setembro de 2015).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Juros sobre aplicações financeiras	1.265	2.381	328	169
Variação monetária ativa	101	529	1	169
Descontos obtidos	27	20	1	11
Outros	13	-	13	-
Total receitas financeiras	<u>1.406</u>	<u>2.930</u>	<u>343</u>	<u>349</u>
Comissões e despesas bancárias	(2.733)	(1.232)	(1.115)	(1.232)
Juros sobre financiamentos	(10.432)	(2.127)	(3.860)	(1.969)
Juros passivos	(1.269)	(156)	(77)	(41)
Outros (*)	(9.922)	(219)	(4.868)	(85)
Total despesas financeiras	<u>(24.356)</u>	<u>(3.734)</u>	<u>(9.920)</u>	<u>(3.327)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(22.950)</u>	<u>(804)</u>	<u>(9.577)</u>	<u>(2.978)</u>

(*) Desse montante, R\$9.637 é despesa financeira referente ao Aval, conforme nota explicativa 7.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, a Companhia incorreu em R\$66.470 de despesas de juros do empréstimo com o BNDES (R\$50.376 em 30 de setembro de 2015). O montante

Notas Explicativas

de R\$64.369 foi capitalizado no intangível (R\$44.774 em 30 de setembro de 2015) e o restante de R\$2.101 mantido no resultado (R\$11.991 de 30 de setembro de 2015).

16. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>
Numerador básico				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	28.003	(68.494)	10.018	(10.206)
Denominador básico				
Média ponderada por lote de mil ações	<u>395.000</u>	<u>375.952</u>	<u>395.000</u>	<u>395.000</u>
Lucro líquido / prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$	0,0709	(0,1820)	0,0254	(0,0260)

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo</u> <u>de indenização</u> <u>(básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/16 a 20/03/17	Fator Seguradora S.A.
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/16 a 19/03/17	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	40.000	19/03/16 a 19/03/17	Tóquio Marine
Edificações (Escritório Cristalina)	500	20/08/16 a 20/08/17	Allianz
Edificações (Escritório Sede)	3.953	16/10/16 a 16/10/17	Mitsui
Edificações (Almox Nova Lima)	6.200	21/01/16 a 20/01/17	Mitsui
Edificações (Almox Paracatu)	1.400	09/03/16 a 09/03/17	Porto Seguro
Veículos	Por veículo	18/09/16 a 18/09/17	Liberty
Máquinas	Por máquina	23/09/16 a 23/09/17	Chubb
D&O	100.000	21/09/16 a 05/12/16	XL Seguros

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel

Notas Explicativas

cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia “PER”.

- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	<u>Valor</u>
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

Notas Explicativas

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais; - Recuperação e manutenção; - Sinalização e elementos de proteção e segurança; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Obras de arte especiais; - Canteiro central e faixa de domínio; - Pavimento; e - Sistemas elétricos e de iluminação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; - Obras de ampliação de capacidade e melhorias; - Obras em trechos urbanos; - Obras de manutenção de nível de serviço; e - Obras emergenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas elétricos e de iluminação; - Pavimento; - Elementos de proteção e segurança; - Obras de arte especiais; - Sistema de drenagem e obras de arte correntes; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Canteiro central e faixa de domínio; - Edificações e instalações operacionais; e - Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços; - Centro de controle operacional; - Equipamentos e veículos da administração; - Sistemas de controle de tráfego; - Sistemas de atendimento ao usuário; - Sistemas de pedágio e controle de arrecadação; - Sistema de comunicação; - Sistema de paisagem; - Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e - Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.622	3.044
Aplicação financeira (a)	51.106	8.748
Créditos a receber (b)	31.409	28.022
Partes relacionadas (b)	<u>138</u>	<u>6</u>
Total do ativo	<u>85.275</u>	<u>39.820</u>
Passivos		
Fornecedores (b)	50.390	69.789
Partes relacionadas (b)	30.800	15.621
Empréstimos e financiamentos (b)	1.001.659	780.783
Outras contas a pagar (b)	<u>-</u>	<u>5.542</u>
Total do passivo	<u>1.082.849</u>	<u>871.735</u>

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

Notas Explicativas

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	30/09/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	2.622	-	2.622	-
Aplicações financeiras	<u>51.106</u>	-	<u>51.106</u>	-
Total	<u>53.728</u>	-	<u>53.728</u>	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	3.044	-	3.044	-
Aplicações financeiras	<u>8.748</u>	-	<u>8.748</u>	-
Total	<u>11.792</u>	-	<u>11.792</u>	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de

Notas Explicativas

crédito.

e) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas anuais consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	14,13%	10,60%	7,07%
TJLP Passivo (% ao ano)	7,5%	9,38%	11,25%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2016, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	DI	51.106	7.221	5.416	3.611
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos	TJLP	1.001.659	75.124	93.956	112.687

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 30 de setembro de 2016, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (*)	1.001.659	780.783
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	<u>(53.728)</u>	<u>(11.792)</u>
Dívida líquida	<u>947.931</u>	<u>768.991</u>
Patrimônio líquido	<u>348.942</u>	<u>320.939</u>
Endividamento líquido	<u>1.296.873</u>	<u>1.089.930</u>

g) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>30 de setembro de 2016</u>	<u>Inferior a um ano</u>	<u>Um a três anos</u>	<u>Três a cinco anos</u>	<u>Superior a cinco anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e Financiamentos	1.003.849	3.416	3.119	4.034	1.014.418
Fornecedores	43.519	1.535	1.535	2.844	49.433

Notas Explicativas

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$904 a título de provisão para manutenção (R\$320 em 31 de dezembro de 2015).

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 30 de setembro de 2016 é de 14,25% a.a.

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas informações financeiras é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

21. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$4.533 (R\$283 no passivo circulante e R\$4.250 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$4.562 (R\$250 no passivo circulante e R\$4.312 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental.

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia estima que os recursos relacionados ao projeto serão despendidos a partir do mês de fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

A taxa para cálculo do valor presente é de 14,25% a.a.

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015 as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	26.324	83.202

Notas Explicativas

Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	64.369	44.774
--	--------	--------

23. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº18.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

24. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia reconheceu R\$153.123, como receita de construção (R\$459.363 em 30 de setembro de 2015) e como margem de construção R\$1.515 (R\$4.765 em 30 de setembro de 2015).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 30 de setembro de 2016 é de R\$1.344.826 (R\$1.128.378 em 31 de dezembro de 2015), incluindo R\$7.332 (R\$5.046 em 31 de dezembro de 2015) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O empréstimo PONTE com o BNDES que originalmente vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, teve sua data de vencimento renegociada em conjunto com o BNDES para 15 de maio de 2017, estando ainda condicionado até a presente data à apresentação de: (i) anuência dos fiadores; (ii) nova carta de fiança ou aditivo às atuais, com vigência mínima até 15 de junho de 2017, em valor total equivalente ao saldo devedor do Contrato, acrescido dos encargos contratuais; e (iii) pagamento da Comissão por Renegociação, no valor de 0,25% do saldo devedor do Contrato.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Nova Lima - MG

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações financeiras intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações financeiras intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 992.281 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 978.996 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações financeiras intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da “Operação Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia é indeterminado.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado em 30 de março de 2016, com ênfase sobre a continuidade operacional da Companhia. Os valores correspondentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado originalmente em 08 de dezembro de 2015 e reapresentado em 07 de março de 2016, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e reapresentação das informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2015.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - MG

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do período de seis meses findo em 30 de setembro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da GRANT THORNTON Auditores Independentes, emitido em 11 de novembro de 2016, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de setembro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO